



INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO

Assessoria e Tradução

Tradução, Cultura e Globalização:
O papel do tradutor como mediador
cultural

Pedro Costa

Porto

Janeiro de 2013





INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO

Tradução, Cultura e Globalização: O papel do tradutor como mediador cultural

Trabalho realizado no âmbito da unidade curricular de Estudos
Interculturais, lecionada pela Dra. Clara Sarmento.

Pedro Costa

Porto

Janeiro de 2013



Índice

Introdução	5
A Cultura.....	6
Abordagens ao Estudo da Cultura.....	7
Modelos de Cultura.....	9
Modelo de Camadas de Trompenaars	10
Modelo da Tríade de Cultura de Edward T. Hall.....	10
Cultura Técnica.....	11
Cultura Formal.....	12
Cultura Informal	13
Cultura, Linguagem e Tradução	14
A Globalização e o Tradutor.....	15
O Exemplo da <i>Mcdonaldização</i>	16
O Tradutor como Mediador Cultural	17
Conclusão.....	18
Bibliografia	18



Introdução

Foi proposto aos alunos da unidade curricular de Estudos Interculturais que realizassem um trabalho como um dos parâmetros de avaliação. Esse trabalho deveria ter como base relações de interculturalidade e a escolha de tema seria livre e pessoal. Perante tal, escolhi para tema do meu trabalho as relações identificáveis entre tradução, cultura e globalização, onde se realça o papel do tradutor como um mediador cultural.

Através de uma pesquisa prévia e de uma leitura extensa da obra *Translating Cultures* de David Katan, entre outras, foi-me possível identificar essas relações e obter uma melhor percepção de como a tradução, cultura e globalização são fatores indissociáveis e que se influenciam e condicionam de uma forma mútua.

Posto isto, iniciarei o meu trabalho com a explicitação do conceito de cultura, um termo de difícil definição, como veremos. Serão dadas breves considerações sobre a evolução da definição da palavra cultura adotando algumas das ideias estudadas no âmbito desta unidade curricular, e outras novas obtidas através da pesquisa já mencionada. De seguida, mostrarei como a cultura pode ser entendida de diferentes formas, de acordo com o foco de estudo pelo qual se opte. Assim, apresentarei quatro abordagens ao estudo da cultura, analisando cada uma delas e estabelecendo, por vezes, comparações entre elas.

Seguidamente às abordagens ao estudo da cultura que, como se verá mais à frente, não são um método ideal para compreender a cultura como um todo, surge a necessidade de introduzir os modelos de cultura. Nesta parte será explicado o que são modelos de cultura e serão analisados dois em particular: o Modelo de Camadas, de Trompenaars, e o Modelo da Tríade de Cultura, de Edward T. Hall.

Terminada a explicação e análise dos referidos modelos, irei abordar a relação forte e vinculativa que se estabelece entre a cultura, a linguagem e a tradução. Logo de seguida será introduzida nesta relação a participação da globalização e veremos a sua influência na difusão e proliferação da cultura. Aqui veremos também que não só a globalização influencia a cultura mas também o contrário se verifica de uma forma bastante clara. Será dado um breve exemplo que ilustra esta realidade, o fenómeno da McDonaldisação. Ainda no âmbito da globalização, falarei da importância do tradutor



como ponte entre culturas, isto é, o seu papel de mediador cultural, e irei fornecer algumas considerações que ele deve ter em conta ao desempenhar esse papel.

A Cultura

Como planificado na introdução deste trabalho, começarei por discutir o conceito de cultura. Como vimos nesta unidade curricular de Estudos Interculturais, um grande número de noções poderia ser apresentado nesta abordagem. Raymond Williams (1976:87) mostra-nos que “culture is one of the two or three most complicated words in the English language”, e o mesmo é observável no que toca a todas as outras línguas, já que não é à língua que se prende este problema de definição.

Primeiramente, a cultura pode ser considerada como uma realidade que está sempre em evolução e desenvolvimento, pelo que a sua definição também o estará. No seu livro *Culture: A Critical Review of Concepts and Definitions*, Louis Kroeber e Clyde Kluckhohn (1952), ao compilar 164 definições de cultura, mostram como é difícil a obtenção de uma definição suprema, restando apenas a hipótese de encontrar uma que possua algum consenso generalizado.

No século XVIII, cultura referia-se aos produtos concretos do progresso espiritual e moral da humanidade, como por exemplo um livro ou uma peça de teatro. No século seguinte começa-se a falar de culturas no plural, de maneira a que se consiga distinguir entre as culturas de diferentes nações, e também entre as culturas dos diferentes grupos socioeconómicos dentro de uma nação. No século XX estabeleceu-se a Antropologia, área do saber que olha para o termo cultura como a forma de vida de um povo ou comunidade, definição que se une, em coexistência, às outras duas já apresentadas.

É possível afirmar que a cultura engloba os gostos, formas de expressão valorizadas numa sociedade, a sua história num tempo particular, os seus costumes e rituais, as diversas formas de arte que aprecia; bem como as suas crenças, ideais e valores. Como forma de organizar as várias definições possíveis do termo cultura, Gail Robison (1988:7-13) agrupou-as em dois níveis básicos: o nível externo, que se refere a comportamentos como a língua, os gestos e os hábitos, e a produtos como o



folclore, a arte e os artefactos; e o nível interno, que se refere às ideias. Neste nível interno agrupam-se as crenças, valores e instituições partilhadas por um grupo de indivíduos.

Neste trabalho, será dada mais atenção a este nível interno e o termo cultura será apresentado como um sistema partilhado de interpretação da realidade e de organização da experiência. Isto é, indivíduos que partilham e pertencem à mesma cultura tendem a perceber e organizar os seus contactos com a realidade de forma semelhante. Não quer isto dizer que todos os indivíduos de um grupo específico compreendam da mesma forma esses contactos, mas sim que apresentam padrões de comportamento mais ou menos semelhantes que permitem identificar um grupo no qual se enquadram.

Abordagens ao Estudo da Cultura

Seguindo a linha de pensamento de Gail Robinson, explicada por David Katan (1999:18-21), podemos distinguir quatro abordagens ao estudo da cultura, cada uma delas com um foco diferente e com maneiras distintas de a entender. São, nomeadamente, a abordagem behaviorista, a funcionalista, a cognitiva e, por fim, a dinâmica.

A abordagem behaviorista foca-se no comportamento visível das pessoas de dada cultura. Selecionam-se factos sobre o que essas pessoas fazem e não fazem, que são generalizados e tidos como verdadeiros. Esta perspetiva carrega consigo o “perigo” de conter banalidades e situações de reduzida veracidade. Para além disso, há um sentido implícito de que o que determinado grupo de indivíduos faz ou deixa de fazer é superior ou melhor em relação a outro grupo diferente. Assim, é o etnocentrismo o grande problema desta abordagem. Como resultado da visão etnocêntrica prevalece um sentimento de superioridade sobre as outras culturas. A isto junta-se pouca ou nenhuma contextualização do comportamento em questão e uma falta de investigação das suas razões e causas. A maior parte das pessoas de qualquer nação não se veem como uma cultura mas sim como um *standard* do que é bom e correto, tomando o resto do mundo como sendo formado por culturas diversas.

Por seu lado, a abordagem funcionalista vai mais além do que a behaviorista, pois faz uma busca para descobrir as razões que dão origem a um determinado



comportamento. Contudo, persiste aqui um contexto de julgamento baseado nos valores dominantes de determinada cultura. É frequente a presença de uma base ideológica na análise das razões que levam a um comportamento, como é perceptível pela frequência com que se critica um grupo por dominar, ou ter dominado, outro. Exemplo disto é a crítica à missão imperial etnocêntrica de levar a civilização a outros povos, realidade que implica sempre a existência do binómio “superior” vs. “inferior”, “culto” vs. “inculto”. O primeiro elemento oferece a sua cultura e saber ao segundo, que a deve aceitar de forma passiva.

Na abordagem cognitiva há uma tentativa de encontrar e identificar os processos e mecanismos mentais que estão por detrás da relação entre certa causa e certo efeito, isto é, o comportamento visível. Baseia-se na utilização de modelos e padrões de categorizar as experiências. É frequente o recurso a uma analogia entre o cérebro e um computador, onde os padrões de pensar, sentir e agir correspondem ao *software* da mente humana (Hofstede, 1991). Neste ponto, o que diferencia o cérebro de um computador é a sua criatividade e capacidade de produzir mudanças autónomas.

Em suma, esta teoria diz-nos que dada cultura tem um *software* definido e que cada elemento dessa cultura o adquire, em maior ou menor grau. Quer isto dizer que ao aprender e adquirir uma cultura, primeiramente é necessário tomar conhecimento de como os respetivos processos mentais dessa cultura atuam sobre ela. Podemos concluir que esta abordagem dá mais importância ao facto de que diferentes culturas criam um modelo diferente da realidade, do que classificar esse mesmo modelo como bom ou mau, inferior ou superior.

Apesar de distintos, estes três modelos apresentam dois problemas comuns: veem a cultura como um elemento estático e consideram que a moderação entre culturas é relativamente objetiva.

A quarta abordagem à cultura que será explicada é a dinâmica. Aqui, procura-se analisar a cultura como sendo um processo dinâmico e não um elemento estático, como era visto nas três abordagens anteriores.

Tendo como base esta abordagem, podemos definir a cultura como um processo constante de negociação entre aqueles que estão envolvidos nela. Não quer isto dizer que a cultura esteja sempre em mudança, mas sim que é o fruto de um processo de conversação e inter-relacionamento.



Assim, a mudança faz-se não só ao nível do indivíduo mas também ao nível de todo o grupo, sociedade ou comunidade. Com a globalização, que se torna numa realidade cada vez mais abrangente e que ganha cada vez mais influência nas diferentes culturas, podemos acreditar que esta mudança servirá para o nivelamento das diferenças culturais e para criar, progressivamente, uma massa “homogénea” de culturas “heterogéneas”. É neste sentido que Katan nos apresenta um exemplo peculiar mas que, de facto, serve o propósito de ilustrar a problemática da globalização. Trata-se do fenómeno a que a Sociologia chama de “McDonaldização”, e que irá ser abordado mais à frente.

Modelos de Cultura

As abordagens ao estudo da cultura apresentadas não cobrem, por si só, todos os aspetos da cultura, já que cada uma delas opera em níveis diferentes. Existem, porém, modelos que têm como objetivo unificar estas abordagens e ter um raio de ação mais abrangente.

Ao criar modelos que englobem as abordagens está-se a entrar num processo que procura simplificar a forma como um sistema cultural funciona. Kramsch (1993:228) afirma que, no contexto da abordagem dinâmica, o interculturalismo deve dar mais atenção ao estudo e conhecimento das fronteiras e limites do que às pontes entre culturas, pois as primeiras podem ser ensinadas e transmitidas, mas as segundas não. Apesar de parecer derrotista, esta afirmação leva-nos ao facto de que a abordagem dinâmica preenche parte das lacunas presentes nas outras três abordagens.

Assim, como foi dito na abordagem dinâmica, aprender factos sobre determinada cultura não é suficiente para a entender e interiorizar, e as pontes entre culturas não podem ser ensinadas. Contudo, podemos ensinar modelos que atuam como importantes ferramentas de compreensão da forma como funciona a cultura.

É importante referir que estes modelos têm de ser entendidos como uma resposta à necessidade de aproximar culturas diferentes num ambiente de globalização, onde conhecer factos sobre um país ou as suas regras de conduta não é



suficiente. É preciso possuir habilidades comunicacionais, que devem ser aliadas a diferentes modelos de cultura para que se possa, de uma maneira mais facilitada, aceder ao interior de determinada cultura.

Katan (1999:27) apresenta vários modelos distintos, todos eles criados por socioantropologistas. Por representarem maior importância para este trabalho, serão analisados dois modelos: o de Fons Trompenaars e o de Edward T. Hall.

Modelo de Camadas de Trompenaars

Este modelo é de particular relevância pois remete-nos novamente para o nível interno da cultura, nomenclatura apresentada por Gail Robinston. Trompenaars (1993:22-23) apresenta o seu modelo através de um esquema que consiste em três anéis, a que podemos chamar “camadas de cultura”.

A camada mais exterior, logo, mais explícita, refere-se aos artefactos e aos produtos de uma cultura (nível externo de Gail Robinston). Neste nível incluem-se alguns órgãos, como o sistema legal e o sistema burocrático.

Na camada intermédia representam-se as normas e os valores. As normas referem-se às regras sociais de conduta, isto é, a forma como um indivíduo deve comportar-se no seio da sua sociedade. Já os valores representam as aspirações, tanto pessoais como coletivas.

Finalmente, na camada central - o núcleo da cultura – encontram-se as suposições básicas. Esta camada refere-se ao que está implícito na cultura e, conseqüentemente, menos acessível. Estas suposições são passadas de geração para geração de uma forma inconsciente, pelo que raramente são questionadas.

Modelo da Tríade de Cultura de Edward T. Hall

Por apresentar uma divisão em três níveis que facilitam o entendimento da relação da cultura com a tradução, esta teoria apresentada por Hall (1990) ganha



especial importância. Estes três níveis denominam-se por cultura técnica, cultura formal e cultura informal (ou “cultura fora-da-consciência”).

Cultura Técnica

Este nível é preenchido pelas formas comunicacionais referentes à ciência, que podem ser medidas de forma precisa e que dificilmente terão significado fora do seu contexto específico. Pelo reduzido grau de ambiguidade que provoca, este nível de cultura pode ser facilmente encontrado em manuais ou livros de instruções. Dois engenheiros, por exemplo, podem ter uma discussão sobre a resistência de diferentes materiais metálicos sem que se deparem com dificuldades comunicacionais.

A linguagem contida neste nível caracteriza-se pela sua objetividade, elevado nível técnico e presença de jargão. É decomposta nas suas partes para que estas sejam analisadas e novamente combinadas. Por exemplo, a palavra “tempo” pode acarretar variados significados em função do contexto e cultura em que se apresenta. No entanto, num contexto técnico como é o da Física, a palavra “tempo” pode ser decomposta de uma forma objetiva até uma das suas partes mais isoladas, o “segundo”. Aqui, “segundo” significaria “unidade de tempo do Sistema Internacional que é a duração de 9 192 631 770 períodos da radiação correspondente à transição entre os dois níveis hiperfinos do estado fundamental do átomo de césio 133” (Infopédia). Vemos então que o significado técnico da palavra “segundo”, no campo da física, tem ausência de qualquer ambiguidade. Claro que esta definição não será percebida por qualquer pessoa mas, mais uma vez, esta é também uma das características do nível da cultura técnica – a elevada especificidade.

Algumas línguas são técnicas pela sua natureza e o seu uso está tão restringido pelo seu contexto que apenas um pequeno grau de variação é permitido (David Crystal, 1987:56). Consistem em formulações e construções predelineadas e num vocabulário limitado. As línguas artificiais, criadas com a idealização da unificação e entendimento pleno entre diferentes culturas, são o exemplo mais extremo da tentativa de tornar técnicas uma língua e uma cultura.

Assim, este nível resume-se no facto de a linguagem utilizada ser explícita e as ideias serem conscientemente transmitidas. No que toca à tradução, a negociação de significados é reduzida ao mínimo. Isto deve-se ao facto de esta forma de cultura ser cada vez mais global, já que os negócios e as indústrias trabalham sobre os mesmos



padrões por todo o mundo, e também por ser pouco dotada de contexto extralinguístico.

No entanto, é neste panorama que o papel do tradutor se torna mais crucial e é aqui que as suas falhas podem ser mais facilmente descobertas, caso não domine a linguagem técnica do assunto tratado na sua tradução. Para evitar essa situação, ou pelo menos minimizar os riscos que corre, o tradutor deve não só estar em contacto com falantes nativos da língua de partida e da língua de chegada, que sejam especialistas da área em questão; mas também ter capacidade de pesquisa e de recolha seletiva de informação em dicionários, enciclopédias, textos paralelos, glossários, etc.

Cultura Formal

O segundo nível apresentado por Hall denomina-se cultura formal. É aqui que a objetividade presente na cultura técnica dá lugar a uma linguagem que é parte integrante de uma maneira aceitável de fazer alguma coisa. Quer isto dizer que estamos aqui perante a cultura das tradições, regras de socialização, costumes, etc. Normalmente não temos consciência destas convenções e maneiras de agir, pois elas estão profundamente interiorizadas na nossa natureza social. Contudo, quando referenciadas, tornam-se imediatamente perceptíveis. Katan (1999:31) dá-nos um exemplo dizendo que “se uma criança se esquece de dizer “obrigado” no momento apropriado, um adulto irá prontamente fazer questões como “qual é a palavra mágica?” ou “como se diz?”. Vemos então que esta forma de cultura é aprendida desde cedo através de processos de tentativa e erro no seio da família e na escola. Enquanto crianças, aprendemos rapidamente a maneira aceitável e própria de fazer algo.

No que diz respeito ao processo de tradução neste nível de cultura, é conveniente notar que o tradutor deve possuir um conhecimento profundo das estruturas de pensamento e convenções sociais vigentes em determinada cultura (para além de todo o conhecimento técnico inerente ao nível anterior), de modo a ser eficaz na maneira como interpreta as situações e na resposta que produz perante estas.



Cultura Informal

No último nível apresentado por Hall, não há regras propriamente ditas. Isto é, este tipo de cultura não é ensinado nem aprendido, mas sim adquirido informalmente e “fora da consciência”. Segundo Hall, este termo foi primeiramente introduzido pelo psiquiatra Harry Stack Sullivan para diferenciar a parte da personalidade da qual temos consciência daquela que é visível aos outros, mas que está fora da nossa própria percepção. Podemos associar esta diferenciação às teorias de Freud, que nos apresenta a ideia de que somos regidos pelo nosso inconsciente.

Como já foi dito, neste nível não há regras e as nossas respostas e comportamentos são orientadas por emoções e por aquilo com que nos identificamos. Quer isto dizer que respondemos à forma como algo foi dito, mais do que aquilo que foi realmente dito (a locução). Baseamo-nos nas conotações que estão implicitamente associadas a certas palavras para formular as nossas reações. Estas conotações são social e culturalmente influenciadas.

Qualquer troca comunicacional pode enfatizar qualquer um dos níveis de cultura. Frequentemente recorremos à mudança de nível de cultura para aumentar a clareza das nossas ideias e reduzir a ambiguidade decorrente de variadas interações culturais. À medida que nos apercebemos da necessidade de focar conscientemente os pontos mais importantes de determinada situação, a nossa linguagem altera-se: move-se do nível de cultura informal para o formal, e até para o técnico se assim for necessário.

Esta alteração é visível mesmo nas interações comunicacionais mais simples. Tomemos como exemplo a seguinte conversação, um curto diálogo entre um pai e a sua filha. O pai, comunicando num nível informal, pede à sua filha que apanhe as suas roupas do chão. Perante a falta de resposta por parte da filha, o pai recorre progressivamente à alteração de nível:

Informal: -Filhota, podes apanhar as tuas roupas, por favor?

Formal: -Ana, apanha as tuas roupas do chão.

Técnico: -Ana Maria, já te pedi duas vezes que apanhes as tuas roupas. Fá-lo imediatamente.

Cultura, Linguagem e Tradução

Vimos na secção anterior que a linguagem varia e transforma-se de acordo com o nível de cultura em que estamos a comunicar. A esse facto iremos juntar agora algumas considerações sobre tradução.

É através da conjugação da língua e da cultura que se encontra o equivalente tradutivo mais apropriado e se abre o caminho para resolver muitos dos problemas inerentes à tradução.

A tradução não está somente ligada ao significado encontrado no dicionário, mas também ao significado construído no seio da cultura e da sociedade. Klondy (2007), citando Bassnett, diz-nos que apesar de a tradução ser um processo cujo núcleo se centra na Linguística, pertence principalmente à Semiótica, a ciência que estuda os sistemas e estruturas dos signos.

Uma língua é um sistema simbólico de representação do mundo através do qual transmitimos e recebemos mensagens codificadas, que contêm informação acerca da nossa perceção da realidade. Usamos sinais cujos significados estão intimamente relacionados com o contexto onde nos inserimos. Por sua parte, o contexto só tem sentido quando analisado à luz da cultura de que faz parte, pois esta condiciona, em muito, a forma como percecionamos e representamos o mundo.

Assim, ao realizar uma tradução, o tradutor deve ter sempre em conta duas perspetivas complementares: a perspetiva linguística e a perspetiva cultural. Recorrendo à conciliação destas duas visões, o tradutor obterá, com maior eficácia e menor ambiguidade, o resultado ideal para o seu problema.

Um pouco como a linguagem, também a cultura é um código simbólico através do qual são emitidas mensagens que servem de invólucro às orientações e composições que damos à realidade que obtemos do mundo. Por exemplo, a forma de vestir, a escolha dos alimentos a ingerir, as estruturas de pensamento, os costumes, etc., são fatores que nos revelam muito sobre a cultura de determinado indivíduo. Vê-se assim que a relação entre linguagem e cultura é complementar, já que a primeira é um dos veículos da segunda.

Por tudo isto que foi apresentado, ao realizar um trabalho de tradução, o tradutor não deve apenas ter em conta a equivalência de significado, mas sim ter em conta também o sentido do autor, o seu tom, contexto, meio cultural, etc., bem como a



realidade cultural do seu público-alvo, e não só a sua língua. O tradutor deve, assim, assumir a posição de um mediador cultural.

A Globalização e o Tradutor

O ponto anterior dá-nos uma clara introdução sobre aquilo que esta última parte irá abordar. Cada vez mais o tradutor, enquanto ponte de comunicação entre culturas diferentes, deve ter em conta os aspetos de cada cultura com que contacta para que as suas traduções atinjam o patamar mais elevado possível de exatidão. Deve ser assim um mediador cultural.

À medida que o fenómeno da globalização se torna cada vez mais uma “cúpula” que abrange culturas e realidades diferentes e distantes, os termos conceptuais serão mais fáceis de traduzir. Por outro lado, o número e a complexidade dos aspetos culturais a ter em conta na hora de traduzir qualquer texto sofrerá um aumento cada vez mais considerável.

Para melhor compreender o papel do tradutor neste panorama importa primeiro esclarecer o que se entende por globalização, palavra cuja definição pode variar de acordo com a perspetiva ou área do saber que a define. Neste trabalho, entende-se a globalização com uma perspetiva abrangente, isto é, como o fenómeno da eliminação das fronteiras através do desenvolvimento tecnológico, económico, social e político. Visto que a globalização decorre principalmente do avanço tecnológico, é impossível controlar a forma como a língua se desenvolve; esta altera-se em conjunto com as mudanças tecnológicas, económicas, sociais e políticas, e com ela as necessidades do mercado da tradução.

Para além das influências já apresentadas, podemos afirmar que também a cultura tem grande peso na globalização. Neste sentido, a cultura que mais contribui para este fenómeno talvez seja a dos Estados Unidos da América. Segundo Katan (1999:23), “os hambúrgueres, *jeans*, sapatilhas e o entretenimento de Hollywood uniram o mundo”. Apesar de muitas diferenças culturais parecerem ultrapassadas por esta unificação, tal só se verifica num nível externo e superficial; num nível mais interno e profundo, os elementos mais invisíveis (logo, mais importantes) de uma cultura mantêm-se bem definidos. São exemplos disto os valores, os costumes, a identidade pessoal e coletiva e as crenças. Como diz Kramersch (1993:227), “é uma



falácia acreditar que pelo facto dos russos beberem Pepsi-cola, a Pepsi significa para eles o mesmo que significa para os americanos”.

O Exemplo da *McDonaldização*

A influência da globalização na cultura é bem visível na maneira como as formas de vestir e os hábitos alimentares convergem em tendências homogêneas por todo o globo. Os restaurantes de comida rápida, a chamada *fast-food*, têm-se espalhado a um ritmo gritante. Este facto é mais visível nos países pobres ou em desenvolvimento, onde, por vezes, um *McDonald's* chega primeiro do que um sistema político estável ou a paz entre os seus habitantes.

George Ritzer (1993), no seu livro *McDonaldization of Society*, apresenta-nos aquilo que em Sociologia se chama de *McDonaldização*. Segundo o autor, o termo *McDonaldização* refere-se ao processo no qual os princípios dos restaurantes de *fast-food* tendem a dominar cada vez mais setores das sociedades espalhadas por todo o mundo. Ritzer destaca quatro principais componentes deste fenómeno:

- Eficiência: pedido e consumo de refeições no mínimo tempo possível. Para o autor, trata-se de encontrar a maneira mais rápida de passar de “estar com fome” a “estar cheio”;

- Quantificação: dá-se maior importância à quantidade do que à qualidade. Os restaurantes de *fast-food* querem que os seus clientes acreditem que estão a adquirir uma grande quantidade de comida por um preço bastante reduzido;

- Previsibilidade: unificar o serviço e os procedimentos. Os produtos devem ser idênticos em todos os restaurantes e reproduzíveis à escala mundial;

- Controlo: controlo das práticas estandardizadas, tanto dos funcionários como dos clientes.

Contudo, como foi dito anteriormente, a unificação cultural proporcionada por estes princípios só se pode denotar num nível superficial. Os quatro princípios da *McDonaldização* não são, na verdade, aplicáveis em qualquer localização, muito por causa de aspetos culturais bem enraizados em determinada sociedade. O princípio da quantificação não parece sempre aplicável: um americano com certeza não ficaria



muito satisfeito com a quantidade de comida fornecida nos menus em Portugal (inferior à dos menus na América). O princípio que menos se aplica é talvez o da previsibilidade, já que a gama de produtos oferecidos é cada vez mais distinta de país para país.

O Tradutor como Mediador Cultural

O tradutor, para além de um eficaz profissional que encontra com facilidade a melhor solução para os problemas linguísticos inerentes à comunicação intercultural, deve ser também um mediador cultural. Isto é, o tradutor deve ser a ponte de ligação entre as culturas implicadas num processo comunicativo. Deve para isso ter um forte conhecimento sobre as sociedades (a sua história, tradição, costumes, valores, etc.), competências comunicacionais (escritas, faladas e não-verbais), competências técnicas (conhecimentos de informática, de ferramentas de tradução, etc.) e competências sociais (conhecimento das regras e dos códigos comportamentais que regem as interações na sociedade, e capacidade de análise emocional para saber como e quando controlar o seu envolvimento).

Para Hatim e Mason (1990), o tradutor é um mediador em duas formas específicas. Primeiro, enquanto indivíduo possuidor de uma visão bi-cultural, encontra-se numa posição privilegiada para identificar e resolver os problemas e disparidades entre objeto e significado. Segundo, enquanto leitor crítico do texto de partida, tem a oportunidade de produzir um texto de chegada tão claro como o contexto o permita.

Assim, e no referido contexto de globalização onde culturas se aproximam cada vez mais, unificando os seus gostos, hábitos e preferências, torna-se essencial a presença e ação consciente do tradutor. Para isso, terá de perceber as formas como a cultura em geral opera e ser capaz de perceber os contextos e enquadramentos em que ocorrem as trocas interculturais, ao nível da comunicação e da linguagem. Também terá de ser capaz de, ao contextualizar, guiar o seu pensamento com as orientações culturais do seu público-alvo. Desta forma, estará a aplicar filtros que o ajudarão a interpretar o mundo e a realidade da mesma forma que esse público, produzindo um texto congruente com os outros textos da cultura e área de saber em questão.



O mapa que cada sujeito cria do mundo, como representantes de uma cultura, é um mapa local, e não é um bom guia para perceber textos produzidos noutras culturas (Katan, 1999:241). Quer isto dizer que o tradutor, no seu papel de mediador, mais do que traduzir textos, deve traduzir culturas.

Conclusão

Ao longo de toda a pesquisa, seleção e síntese de informação para este trabalho, foi-me possível analisar a forma como a tradução, a cultura e a globalização se influenciam e condicionam mutuamente. Procurei expressar as minhas ideias em conciliação com as ideias dos vários autores referenciados, todos eles especialistas nos campos de estudo abordados.

Após este trabalho, torna-se bem clara para mim a importância do tradutor nas relações interculturais, onde deve assumir o papel de mediador cultural para, assim, servir de ponte entre culturas. Fica também expressa a relação de influência recíproca entre cultura e globalização, duas realidades que são, hoje-em-dia, indissociáveis.

Dou assim por terminado o meu trabalho, de onde retiro importantes reflexões para o meu futuro, tanto profissional como pessoal, enquanto membro de uma cultura que promove e participa em relações interculturais constantes e de rápida evolução.

Bibliografia

- AGRA, Klondy Lúcia de Oliveira – *A Integração da Língua e da Cultura no Processo de Tradução*. 2007. [Em linha – consultado a 2013-01-19]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/agra-klondy-integracao-da-lingua.pdf>
- Apud Katan, CRYSTAL, David – *The Cambridge Encyclopedia of Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- HALL, Edward T. – *The Silent Language*. Nova Iorque: Doubleday, 1990.
- Apud Katan, HATIM, Basil e MASON, Ian – *Discourse and the Translator*. Essex: Longman, 1990.
- Apud Katan, HOFSTEDÉ, Geert – *Cultures and Organizations: Software of the Mind*. Londres: McGraw-Hill, 1991.
- KATAN, David – *Translating Cultures*. Manchester: St. Jerome Publishing, 1999.



Apud Katan , KRAMSCH, Claire – *Context and Culture in Language Teaching*.
Oxford: Oxford University Press, 1993.

Apud Katan, ROBINSON, Gail – *Crosscultural Understanding*. Hertfordshire:
Prentice Hall International, 1988.

Apud Katan, TROMPENAARS, Fons – *Riding the Waves of Culture*. Londres: The
Economic Books, 1993.

WILLIAMS, Raymond – *Keywords: A Vocabulary of Culture and Society*. Londres:
Croom Helm, 1976.